

Estudos da Língua(gem)

Estados diacrônicos e sincrônicos da Língua Portuguesa

Apresentação

Variação e Gramática Gerativa

Este número de *Estudos da Língua(gem)* apresenta um vasto panorama de descrições e análises que dizem respeito à sintaxe sincrônica e diacrônica do português. Do lado da sincronia, o enfoque está na grande diversidade da língua portuguesa no mundo, uma vez que são contrapostos, além do português europeu e o português brasileiro, o crioulo cabo-verdiano, e a língua de sinais brasileira. Variação e mudança em português, e nas suas bordas, são assim estudadas a partir de grandes questões gramaticais como o uso do pronome ‘se’ em orações infinitivas, a colocação de clíticos, a focalização do sujeito, as construções de tópico, a concordância nominal e verbal, e a expressão da definitude no sintagma nominal.

Todos os trabalhos reunidos aqui compartilham o mesmo quadro teórico. O foco é a gramática, entendida como órgão mental desenvolvido naturalmente na criança no processo de aquisição da linguagem. Essa gramática (ou Língua-Interna) deriva da parametrização da faculdade de linguagem, propriedade inata de cada ser humano, que consiste em atribuir valores a propriedades variáveis das línguas humanas. Nessa concepção de linguagem, a Língua-Interna é fixada uma vez por todas no período crítico do desenvolvimento da criança, e os valores

atribuídos aos parâmetros são de natureza categórica, e não gradiente. Uma língua - digamos o português brasileiro – se definirá assim pelo conjunto de valores positivos ou negativos associados a propriedades como “configuracional”, “sujeito nulo”, “objeto nulo”, “verbo inicial”, “V2”, etc... É claro que a definição dessas propriedades depende da teoria de parâmetros que se tem. Os exemplos acima remetem a uma teoria bastante descritiva porque descrevem um fenômeno, em lugar de definir propriedades abstratas. A teoria de parâmetros tem evoluído muito desde o seu começo, no livro seminal de Chomsky *Lectures on Government and Binding*, por causa da quantidade e diversidade cada vez maior de línguas confrontadas. O parâmetro do sujeito nulo, por exemplo, emblemático da teoria, pois foi o primeiro a ser considerado, tem sido permanentemente reformulado na decorrência da variedade de línguas que admitem sujeito nulo de maneiras diferentes. Basta para ilustrar esse ponto o fato de que em chinês, língua de sujeito nulo, o verbo não apresenta marcas flexionais de concordância verbal, ao contrário do Italiano, considerado inicialmente como língua de sujeito nulo prototípica, o que levou as primeiras análises a tomarem como propriedade essencial do parâmetro a existência de concordância morfológica. Mas além do desafio de definir de maneira empiricamente e teoricamente satisfatória a forma dos parâmetros, uma coisa se mantém inalterada no modelo: Cada parâmetro é fixado num valor determinado, digamos SIM ou NÃO. Isso significa que as gramáticas não diferem entre elas por propriedades gradientes. Por exemplo, “sujeito nulo” sendo um parâmetro, não fará sentido dizer que uma língua é mais “sujeito nulo” que uma outra. Ou é, ou não é, “sujeito nulo”.

Essa concepção parece entrar em choque com o que se observa nas línguas, uma vez que, sobretudo quando consideramos a diacronia, nos deparamos com gradiência. Tipicamente, nas situações de mudança, uma ou várias propriedades sintáticas vão mudando gradativamente, em aparente contradição com a previsão, feita pelo modelo, de que as mudanças sejam bruscas, uma vez que elas afetam o valor dos parâmetros. Uma interessante e instigante resposta a essa questão reside na idéia de

que os textos que estudamos quando descrevemos a história das línguas instanciam em certos períodos uma mistura de gramáticas. É o que o lingüista Anthony Kroch (1994) chama de “competição de gramáticas”. Essa competição pode ser entendida como o reflexo de uma mudança que já aconteceu no vernáculo, e que vai, paulatinamente, se impondo na língua escrita, mais conservadora. Desse ponto de vista, o que os textos nos mostram não é a emergência da mudança nos falantes, mas a consolidação da mudança nos textos.

Além de dar um quadro explicativo para a diferença entre as línguas, em termos de valores distintos atribuídos a parâmetros de variação associados à gramática universal, a teoria da Gramática Gerativa fornece um quadro rigoroso para a análise dos fenômenos. Não se trata, no quadro exíguo desta apresentação, de esclarecer todos os aspectos do modelo mais recente da teoria, chamado de “programa minimalista”. Esse modelo mantém grande parte dos conceitos essenciais dos modelos anteriores, procurando tornar as derivações e representações geradas pela gramática mais enxutas. Central nesse modelo é a noção de fase (*phase*), ou seja, a definição de domínios de localidade para a aplicação dos processos. No modelo delineado por Chomsky, as fases são duas no interior das orações: CP e vP. C e v são duas categorias funcionais que correspondem respectivamente ao domínio máximo da oração, e ao domínio máximo do sintagma verbal contido na oração. A localidade dos processos é garantido por uma Condição de impermeabilidade das fases que garante que só a borda e o núcleo da fase são acessíveis a processos de fora. Já ao complemento de cada fase é vedado o estabelecimento de relações diretas para fora da fase. As relações de movimento se dão portanto entre o interior da fase e suas bordas, e entre as bordas e o exterior da fase. Também centrais nesse modelo são os traços de borda (*edge features*), que funcionam como sondas (*probes*) atraindo alvos (*goals*) para as bordas das fases.

No bojo do programa minimalista, a teoria de parâmetros ficou mais abstrata, uma vez que se procura cada vez mais apreender as diferenças entre línguas em termos de propriedades formais de categorias

funcionais. Mas ao mesmo tempo, se afirma a idéia de que as diferenças entre as línguas são de natureza essencialmente superficial, ou seja, associadas a diferenças na realização morfológica dos traços abstratos. Por outro lado, vem se elaborando uma diferenciação entre macro e micro-parâmetros. Apesar de recobrir noções diferentes conforme os autores, a idéia é que as diferenças entre línguas correspondam a distâncias diferentes. A renovação da dialetologia sintática no âmbito dos estudos gerativistas (em particular na Itália – cf. entre outros os trabalhos de Manzini e Sabóia (2005) - e em Portugal com o *Projeto Cordial-Sin* coordenado por Ana Maria Martins (2010)) vem trazer muitos elementos para uma sintaxe comparada de línguas e dialetos geneticamente muito próximos, e nos permitir uma apreensão mais fina do que seja um parâmetro, e do que constitui diversos tipos de parâmetros.

Este número se organiza em torno dos dois grandes temas de variação e mudança, começando por estudos diacrônicos, e seguindo com estudos sincrônicos. Na passagem de um grupo para o outro, o texto de *Maria Clara Paixão de Sousa, A morfologia de flexão no português do Brasil: ensaio sobre um discurso de “perda”*, oferece um contraponto historiográfico ao propor uma reflexão, à luz da teoria do gramático novecentista Augusto Schleicher, a respeito das primeiras obras sobre a formação do português popular brasileiro. Ela mostra que esses estudos são marcados por um discurso de “perda”, que faz eco às teorias evolucionistas de Schleicher, em que as línguas, como os outros organismos vivos, nascem, se desenvolvem, e entram em decadência. Para Schleicher, a morfologia flexional é o alto ponto do desenvolvimento, e sua perda, a marca da decadência. É também como decadência que autores como Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo, apesar de não abraçarem as teses evolucionistas de Schleicher, consideram os efeitos do contato com as línguas africanas e indígenas do Brasil na língua popular brasileira, particularmente visíveis na ausência de morfologia flexional ou seu forte empobrecimento. Por ser um tema de grande atualidade, uma vez que a questão da “perda” da morfologia flexional está no centro de muitos estudos do português brasileiro, tanto

gerativistas como variacionistas, essa passagem pelos primórdios do discurso sobre o português brasileiro é de grande relevância.

Iniciando a seção diacrônica, o artigo de *Ilza Ribeiro*, **Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico**, estuda um fenômeno quantitativamente marginal, mas central pela sua recorrência ao longo dos séculos: a ênclise em orações subordinadas. Raciocinando no quadro do CP expandido inicialmente proposto por Rizzi (1997), em que a categoria CP não corresponde só à projeção de C, mas constitui uma verdadeira camada de categorias que reúnem Focus, Topico e outras, enquadradas por dois complementadores distintos: Força e Finitude, Ribeiro argumenta que, nas orações subordinadas do português arcaico, Finitude (Fin) pode ser realizado seja pelo verbo, o que produz a ênclise uma vez que o clítico fica numa posição mais baixa, seja por um segundo complementador (o primeiro estando em Força) com a realização de uma construção de “recomplementação”.

Cristiane Namiuti, no artigo **Pistas para três gramáticas na diacronia do português** discute a periodização do português do ponto de vista das gramáticas instanciadas nos textos. Com base na construção tradicionalmente chamada de interpolação, ela argumenta que se podem definir três gramáticas distintas. Central na discussão e na descrição é a análise da negação, um dos elementos que se interpola mais frequentemente entre o clítico e o verbo ao longo da história do português, e continua se interpolando quando mais nada pode separar o pronome do verbo. Um dos pontos mais importantes da argumentação do artigo é que a negação, apesar de forçar a próclise, não legitima a interpolação de um outro elemento, como fazem os outros proclisadores. Isso mostra que a negação é ela mesmo um clítico, que só um outro clítico pode separar do verbo.

Silvia Cavalcante, no artigo **O português são três: uso de se com infinitivo do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos**, estuda a história do uso do pronome *se* em orações infinitivas, desde o português clássico, até o português moderno, europeu e brasileiro. Ela mostra que, contrariamente ao que alguns

estudiosos afirmaram, se trata de um uso comum a essas diversas fases da história do português. Contudo a natureza do pronome varia conforme a gramática em que se insere. O *se passivo* do português clássico se comporta como um afixo, e é compatível com a gramática dessa língua, que não tem posição pré-verbal reservada para o sujeito, mas em que o sujeito se move para uma posição de tópico ou foco como qualquer outro sintagma. Já no português europeu moderno, os *se indefinidos* e *impessoais* deixam de ser afixos para se tornarem argumentais, uma vez que uma posição de sujeito pré-verbal está disponível nessa língua para hospedá-los. Quanto ao português brasileiro, só o *se impessoal* é lícito, dado o enfraquecimento da concordância nessa língua. Essas diferentes naturezas têm reflexo no comportamento sintático dos pronomes: os verbos com que podem aparecer, a posição do argumento indeterminado, e os contextos sintáticos em que podem aparecer.

Os quatro artigos seguintes tematizam a diferença do português brasileiro e do português europeu.

No seu artigo **PB e PE: orientação para o discurso importa?**, João Costa questiona uma idéia que tem orientado muitos trabalhos nas duas últimas décadas: o português europeu e o português brasileiro têm uma gramática radicalmente diferente. E seguindo a idéia pioneira de Eunice Pontes (1987), vários desses trabalhos assumiram que essa diferença é essencialmente devida ao fato de o português brasileiro ser uma língua “orientada para o tópico”, se aproximando nisso de línguas como o chinês. Costa considera os fenômenos que têm sido tomados como base para essa análise, e argumenta que a maior parte deles existe no português europeu. Segundo ele, a única diferença que resiste mesmo ao exame aprofundado dos fatos é a possibilidade de concordância entre o tópico e o verbo no português brasileiro, que não se verifica em português europeu. O parâmetro não estaria, portanto, na maneira como a sintaxe codifica a estrutura informacional da frase, mas nas propriedades da flexão. Costa afirma que se trata de micro-variação, que pode ser formalizada em termos de micro-parâmetro abstrato, que não afeta outros componentes da gramática.

Sônia Cyrino, no artigo **On Romance syntactic complex predicates: why Brazilian Portuguese is different**, estuda uma construção típica das línguas românicas, o alçamento do pronome clítico, em que este não se afixa à forma participial ou infinitiva do verbo do qual ele é o complemento, mas ao verbo que carrega as marcas flexionais de tempo e concordância, seja o auxiliar nos tempos compostos, seja o verbo da oração principal em construções chamadas de reestruturação (com verbos modais e aspectuais) ou de união de orações (com verbos causativos). No português brasileiro, o clítico deixou de se deslocar para o verbo flexionado, ficando junto à forma não finita. Cyrino relaciona esse fenômeno com outras particularidades do português brasileiro, como a presença de sujeitos lexicais em orações infinitivas, e analisa-o como decorrendo de uma especificação diferente da categoria Tempo nas orações não finitas, que, segundo ela, é não distinto do das orações finitas.

Maria Aparecida Torres Moraes, no artigo **Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro**, mostra a diferença entre português brasileiro e português europeu a respeito da expressão do dativo. Segundo ela, a perda dos pronomes clíticos dativos constitui evidência de que a gramática brasileira não ativa mais o núcleo aplicativo, responsável pela legitimação dos argumentos indiretos. Nessa situação, são as preposições, sobretudo *para*, que desempenha essa função. Diacronicamente, a nova gramática começa a aparecer nos textos a partir da segunda metade do séc. 18, mas só se impõe no decorrer do séc. 20, na língua falada. Um corolário dessa nova gramática é o aumento e a diversificação do uso do pronome nulo na função de objeto indireto.

No artigo **O sujeito pré-verbal focalizado em português: prosódia e posição sintática**, *Flaviane Svartman* aponta para diferenças não só sintáticas, mas também prosódicas entre o português europeu e o português brasileiro. Ela mostra que mesmo quando as orações em que o sujeito é focalizado têm uma ordem superficialmente equivalente, SVO, ou seja quando a sintaxe parece igual, a prosódia é diferente, uma vez que a marcação prosódica associada à interpretação

do sujeito é distinta. Além disso, ela argumenta que, contrariamente às aparências, o sujeito pré-verbal focalizado não ocupa a mesma posição nas duas gramáticas. Enquanto em PE, ele só se diferencia do sujeito não focalizado pela realização prosódica distinta, em PB ele está numa posição sintática diferente, a mesma que ocupa nas orações clivadas, na periferia esquerda da oração.

Enfim, os dois últimos artigos exploram caminhos novos ao estender suas investigações a línguas que, apesar de se relacionarem fortemente com o português, sincronicamente ou diacronicamente, estabelecem uma forte identidade distinta.

Ideneida Moreno e Simone Floripi em **Marcas de concordância no crioulo cabo-verdiano e no português brasileiro: uma visão comparativa** estudam um dos fenômenos mais salientes do efeito do contato entre línguas: a “perda” da concordância. As autoras mostram que, tanto em cabo-verdiano quanto em português brasileiro, observamos não concordância entre os elementos do sintagma nominal, bem como entre o sintagma nominal e o verbo. Em cabo-verdiano, esse fenômeno se afasta mais drasticamente do português padrão, uma vez que o verbo, nessa língua, nunca se flexiona para número e pessoa. Outros traços morfológicos distinguem o português brasileiro do cabo-verdiano. Neste, além da reduzida morfologia de concordância de número instanciada no sintagma nominal, observamos a ausência de concordância em gênero, bem como a ausência de artigo para marcar a definitude.

Fechando o volume, o artigo de *Heloisa Salles e Adriana Vianna*, **Estudo da interlíngua de surdos usuários de Língua de Sinais Brasileira na aquisição de português (L2): nominais nus e definidos genéricos**, coloca a questão da aquisição de segunda língua do ponto de vista da teoria da gramática tal como foi delineada acima. Retomando a questão do sintagma nominal e do uso do artigo, as autoras mostram a interferência da língua 1 (a língua de sinais brasileira) na língua 2 (o português brasileiro) no processo de aprendizagem da língua escrita em português. Essa interferência se expressa primeiro pela predominância de sintagmas nominais nus singulares, refletindo a

ausência de determinante na língua de sinais. Também se expressa pelo fato do descompasso, na interlíngua dos surdos, entre o uso do definido plural e do definido singular, o primeiro sendo realizado de maneira muito mais frequente do que o segundo. Segundo as autoras, isso sugere que o determinante definido plural realiza o traço interpretável de pluralidade na categoria funcional Número.

REFERÊNCIAS

KROCH, A. Morphosyntactic Variation. In: BEALS et al. (ed.), **Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society**, v. 2, p. 180-201, 1994.

MANZINI, R; SABÓIA, L. M. **I dialetti italiani e romanci: Morfosintassi generativa**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2005.

MARTINS, A. M (coord.). **Projeto Cordialsin**. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin_descricao.php>. Acesso em: junho de 2010.

PONTES, E. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.) **Elements of Grammar**. Dordrecht, Kluwer, 1997. p. 281-337.

Campinas, junho de 2010.

Charlotte Galves
Linguística, Unicamp